

Informação

[Projeto de Resolução 236/XV/1ª \(PSD\)](#)

[Projeto de Resolução n.º 268/XV/1ª \(CH\)](#)

Discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º n.º 1 do RAR, em reunião da Comissão de 29 de novembro de 2022

1. Os Grupos Parlamentares do PSD e do CH, tomaram a iniciativa de apresentar, respetivamente, o [Projeto de Resolução 236/XV/1ª \(PSD\)](#) – *Responsabilização na revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela*, e o [Projeto de Resolução n.º 268/XV/1ª \(CH\)](#) – *Recomenda ao Governo a implementação de um projeto de valorização ambiental e tecnológica do Parque Natural da Serra da Estrela*, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República.
1. As iniciativas deram entrada na Assembleia da República, por esta ordem, em 21 de setembro e 12 de outubro de 2022, tendo sido admitidas por Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República, que determinou a baixa à Comissão de Ambiente e Energia (CAENE) em 23 de setembro e 13 de outubro de 2022, respetivamente.
2. Na reunião da Comissão realizada em 29 de novembro 2022. a iniciativa foi discutida, ao abrigo do n.º 2 e 3 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República. A discussão ocorreu nos seguintes termos:

A intervenção inicial coube ao Senhor Deputado **Hugo Oliveira** (PSD) que apresentou o projeto pelo qual se propõe que seja recomendado ao Governo que assegure a responsabilização na revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela através da designação de um Diretor executivo com competências bem definidas para o efeito, da monitorização do programa de revitalização por parte da sociedade civil, recomendando ainda que se conclua o Programa Especial de Ordenamento. Fundamentou a iniciativa aludindo nomeadamente ao histórico de tragédias semelhantes, noutros anos e noutras zonas do país, afirmando que os resultados “não nos deixam descansados”. Referiu, adicionalmente, que se os investimentos previstos para esta região não seguirem um racional adequado, correm o risco de contribuir para o desperdício e dispersão de fundos com fraco impacto.

Seguiu-se a Senhora Deputada **Rita Matias** (CH) que também apresentou a iniciativa do seu GP, a qual recomenda ao Governo a implementação de um projeto de valorização ambiental e tecnológica do Parque Natural da Serra da Estrela. Disse acompanhar a preocupação de responsabilização expressa na iniciativa do PSD referindo ainda que também o ICNF elaborou um Plano que ainda não concluiu. Propõe o desenvolvimento e implementação de sistemas tecnológicos inovadores, a partir de biomassa proveniente da limpeza de áreas florestais, ilustrando ainda com alguns exemplos deste tipo de aproveitamento. Aproveitou para realçar também os benefícios deste projeto na promoção dos recursos endógenos e na fixação das populações. Finalizou, salientando que, além benefício ambiental na prevenção aos incêndios, a proposta evidencia um valor económico acrescentado, sobretudo no atual contexto de crise energética.

No período de debate, o Senhor Deputado **António Monteiro** (PS) comentou as iniciativas realçando que: a) o PSD apresentou, na sua iniciativa, recomendações pertinentes. Comentou, todavia, alguns dos seus fundamentos assinalando, por exemplo, que o Presidente da Câmara Municipal de Manteigas foi nomeado para presidir à Comissão de cogestão do Parque Natural da Serra da Estrela; b) a Resolução n.º 83/2022 contempla uma estratégia com medidas para revitalizar a floresta e mitigar os danos causados pelos incêndios florestais na Serra da Estrela. Enumerou, a propósito, algumas das medidas de curto prazo, a maioria financiadas pelo Fundo Ambiental, bem como as medidas de médio prazo; c) o Presidente da Comissão Técnica Independente, Xavier Viegas, emitiu opinião positiva relativamente a esta matéria na medida em que não identificou falta de meios, nem apontou falha na coordenação desses meios.

O Senhor Deputado **Duarte Alves** (PCP) considera que o projeto do PSD passa a ideia, a seu ver errada, de que o problema resulta do facto de se desconhecem os donos dos terrenos. Refutando essa linha de argumentação, refutou ainda a ideia de que não se saiba quem é responsável pelo projeto de revitalização. Considerou assim que a solução proposta pelo PSD não resolve, por si só, o problema. Na perspectiva do PCP, o importante é que haja recursos disponíveis e foi com esse fundamento, disse, que o partido apresentou uma proposta de alteração ao Orçamento do Estado para 2023, a qual mereceu o voto contra do PS e a abstenção do PSD. Referiu-se,

Comissão de Ambiente e Energia

adicionalmente, a um projeto de resolução do seu partido com a mesma finalidade. Quanto ao projeto do CH, considerou que a resolução do problema não deverá ser “empurrada” para as autarquias locais nem para as CIM, questionando ainda de que modo é que se pode recomendar ao Governo que promova um sistema inovador.

Seguidamente, a Senhora Deputada **Inês de Sousa Real** (PAN), subscreveu os motivos que fundamentaram a apresentação destas duas iniciativas. Recordou que também o PAN apresentou uma iniciativa sobre a mesma matéria, destacando o problema da erosão dos solos que ocorre depois dos incêndios. Notou assim, que há uma área mais ampla, do que aquela que sofreu os incêndios, que foi afetada com a perda relevante de património natural. Defendeu a tomada de medidas que tornem a floresta mais resiliente e diversa, combatendo a monocultura, e promovendo a valorização dos ecossistemas. Concluiu, apelando a um trabalho conjunto que permita alcançar um texto comum sobre esta matéria.

A Senhora Deputada **Rita Matias** (CH), respondendo ao Deputado do PCP, frisou que a iniciativa não teoriza sobre nenhum sistema inovador em abstrato, uma vez que concretiza com exemplos e projetos, e se enquadra no que já está previsto no âmbito de um plano governamental existente. Sobre o repto deixado pela Deputada do PAN, para se conseguir alcançar um texto comum, referiu que não será possível uma vez que o CH não se revê na lógica nem na narrativa do PAN, de ataque às tradições portuguesas, nomeadamente à caça.

Na sua intervenção final, Senhor Deputado **Hugo Oliveira** (PSD), comentou genericamente as observações feitas pelo Deputado António Monteiro, posto o que deu resposta aos comentários do PCP, notando que o pretendido pelo PSD é assegurar um planeamento de gestão efetivo do Parque Nacional. Sobre o projeto de resolução do CH, disse que, apesar da bondade das intenções, ficou preocupado e não compreendeu qual era o alcance da terceira recomendação.

A discussão foi gravada em áudio, encontrando-se disponível para consulta no [link da reunião](#)¹, dando-se o seu conteúdo por aqui por reproduzido, e fazendo parte integrante da presente informação.

¹ media.parlamento.pt/site/XVLEG/SL1/COM/11_CAENE/CAENE_20221129_2.mp3



Comissão de Ambiente e Energia

3. Concluída a discussão, o Projeto de Resolução encontra-se em condições de poder ser agendado, para votação, em reunião plenária, pelo que se remete a presente informação a Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República

Palácio de São Bento, 29 de novembro de 2022.

O PRESIDENTE

(TIAGO BRANDÃO RODRIGUES)